



Florestania - A Cidadania da Floresta Vista a Partir dos Conceitos de Biopolítica, Significantes Vazios e Ecologia dos Saberes¹

Francisco de Moura Pinheiro²
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO

Usando como principal ponto da sua proposta de governo a questão da preservação ambiental, a partir do discurso da superação do antropocentrismo e do respeito à natureza, com vistas a levar aos habitantes da floresta acreana os mesmos direitos a uma vida digna reservados supostamente às pessoas moradoras das cidades, o Partido dos Trabalhadores (PT), quando assumiu o governo do estado do Acre, em 1999, criou um neologismo denominado “florestania”, a partir da junção das palavras “floresta” e “cidadania”. Doze anos depois, o que este artigo objetiva é tecer considerações sobre o papel da mídia acreana nesse processo, tomando por base teórica os conceitos de biopolítica, significantes vazios e ecologia dos saberes.

PALAVRAS-CHAVE: acre; biopolítica; cidadania; ecologia dos saberes; florestania

1. Acre: dos primeiros conflitos pela posse da terra às reservas extrativistas

Originalmente parte da nação boliviana, o espaço territorial onde hoje se localiza o Estado do Acre, no extremo oeste da Amazônia brasileira, tem sido desde os primórdios da sua ocupação palco de lutas sangrentas pela posse da terra. Principalmente a partir do final da década de 1870, quando migrantes nordestinos foram penetrando cada vez mais longe nas florestas do extremo oeste do país. Tanto que, no final do século XIX, além das intempéries comuns da região, um novo problema aflorou no local: a questão dos limites fronteiriços. Os bolivianos, que em princípio não esboçaram qualquer reação, começaram a se fazer presentes no mesmo espaço.

Brasileiros e bolivianos passaram a requerer o domínio do local para os seus respectivos países. Daí para um conflito armado foi apenas um instante. Liderados pelo aventureiro espanhol D. Luiz Galvez de Arias, os brasileiros expulsaram os bolivianos a

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista na Universidade Federal do Acre (UFAC) e doutorando em Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: fdandao@gmail.com.



bala e fundaram um Estado independente, em 14 de julho de 1899. Em dezembro do mesmo ano, porém, os bolivianos retomaram o espaço perdido. Inconformados, os brasileiros, liderados pelo gaúcho Plácido de Castro, iniciaram uma nova revolta, em 6 agosto de 1902. Desta vez, o movimento dos migrantes nordestinos foi bem sucedido, culminando com a anexação do espaço territorial ao Brasil, em 24 de janeiro de 1903, depois da intervenção diplomática do Barão do Rio Branco.

Essa junção de luta armada e diplomacia dotou o Brasil de uma região extremamente rica, por conta da proliferação da árvore seringueira, de onde se extraía a matéria prima para a fabricação da borracha, produto essencial para abastecer a florescente indústria mundial de pneumáticos. A festa, entretanto, durou apenas até 1915, quando a produção da borracha nativa da Amazônia começou a declinar, dado a entrada no mercado do mesmo produto oriundo das plantações da Malásia. Essa situação muda novamente a favor da Amazônia, durante a Segunda Guerra Mundial (1941-1945), mas a produção volta a despencar logo após o encerramento do conflito.

Dessa época, meados da década de 1940, até o início da década de 1970, a economia acreana, que sempre esteve baseada no extrativismo, ficou praticamente estagnada, com o Estado (Território Federal até 1962) dependendo quase que exclusivamente de repasses feitos pelo Governo Federal. Na tentativa de reverter o quadro de penúria econômica, a orientação das autoridades públicas locais passou a ser a do investimento na atividade pecuária. Como consequência imediata sobreveio a desativação da maioria dos seringais nativos, fazendo com que boa parte dos seringueiros levassem suas famílias para o ambiente estranho das periferias das cidades acreanas, desencadeando no Estado um penoso processo de desestabilização social.

Para se ter uma idéia do quanto o novo modelo desenvolvimentista e sua consequente forma de ocupação afetou o Estado, entre 1970 e 1974, cinco milhões de hectares, o equivalente a um terço das terras acreanas, foram vendidos para empresas e pessoas do Centro-Sul do país. Pequenos, médios e grandes latifundiários compraram terras no Acre, no intuito de instalar fazendas de gado, explorar recursos madeireiros ou então por pura especulação imobiliária.

No bojo desse caldeirão onde se misturavam novos e antigos donos da terra, os conflitos armados não tardaram a acontecer, com boa vantagem dos fazendeiros, que contavam com a conivência do Estado e tinham o apoio de jagunços contratados exclusivamente para eliminar, da maneira que fosse necessária, qualquer tentativa de resistência dos seringueiros. Assassínatos se sucederam de parte a parte até que os



seringueiros criaram uma estratégia de luta denominada “empate”, que consistia em postar dezenas de famílias desarmadas na frente dos jagunços, quando estes se dirigiam de motosserra em punho para a derrubada da floresta. Chico Mendes, o líder maior dos “empates”, mais tarde, em dezembro de 1988, também seria vítima da própria luta, ao ser assassinado por um dos fazendeiros que confrontara na defesa da floresta acreana.

Dois anos depois da morte de Chico Mendes, finalmente o Governo Federal, em janeiro de 1990, tomou uma medida eficaz para a diminuição da violência na floresta acreana e, por extensão, em toda a Amazônia, criando, através do Decreto 98.897, por solicitação do Conselho Nacional de Seringueiros, o instituto das Reservas Extrativistas, tendo como principais objetivos promover a conservação do meio ambiente e a manutenção da população local praticante das atividades econômicas tradicionais.

2. Um novo ciclo de poder no limiar do século XXI

Depois de quase cem anos de existência, um novo ciclo político passou a se configurar no Acre, a partir da questão sócio-ambiental. A preocupação com a preservação da natureza, que ecoava por todo o planeta, passou a ser pauta recorrente num mundo de pessoas desencantadas com as promessas não cumpridas da era moderna. A palavra ecologia, então, em consonância com uma tendência planetária, passou a fazer parte dos discursos cotidianos de movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e sindicatos sediados no Estado do Acre.

No final dos anos de 1980, então, o desenvolvimento sustentável é ingrediente indispensável nos discursos e projetos dos partidos de esquerda no Acre. As lideranças desses partidos políticos percebem a necessidade de aproximação com a história de lutas dos seringueiros, entendendo que muito mais do que uma estratégia de apoio à preservação da floresta, trata-se de uma luta política e ideológica.

Nesse contexto, era natural que a estrela vermelha do PT brilhasse com mais intensidade, uma vez que em seus quadros, na base do partido, militavam vários companheiros de luta da causa dos seringueiros. O assassinato de Chico Mendes, em vez de fazer arrefecer, tornou a luta dos seringueiros ainda mais forte. A associação dessa luta em conjunto com a história dos indivíduos que deram a vida pela causa da preservação da floresta e a sua transformação em capital político eleitoral foi uma grande descoberta do PT e da Frente Popular.



É importante, entretanto, não deixar de registrar que apesar da relevância dessa associação entre sindicatos rurais e movimentos populares com a trajetória da esquerda acreana, principalmente no que diz respeito à visibilidade destes últimos, essa junção foi também de extrema importância para facilitar a entrada de inúmeras lideranças políticas e partidárias locais nos debates, tanto em nível interno quanto externo, sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e da conservação dos recursos naturais acreanos.

A incapacidade do poder público de administrar as questões relacionadas à causa ecológica e aos seus desdobramentos políticos e sociais virou pauta principal nos debates e discussões realizados por participantes de instituições estatais, movimentos sociais e organizações não governamentais. O resultado desses debates e discussões sugere que não era assunto para ser resolvido unicamente pelo Estado, mas, isso sim, a partir de uma intensa participação popular. E é nesse exato momento que o discurso de preservação ambiental torna-se extremamente atrativo no que diz respeito à vinculação com o aspecto político. A preservação dos recursos naturais amazônicos e dos chamados povos da floresta entra na ordem do dia. A Frente Popular do Acre, formada pelos partidos PT, PV e PC do B, percebe que esses movimentos extrapolam a questão eleitoral, traduzindo-se numa luta de defesa da vida e de novas formas de sociabilidade. Estava pronto o cenário para a ascensão da esquerda no Acre.

3. Desenvolvimento sustentável e Florestania

Depois de muitos embates eleitorais, finalmente a Frente Popular ascende ao poder no Acre, na eleição de 1998, usando como principal ponto da sua proposta de governo a questão da preservação ambiental, a partir do discurso da superação do antropocentrismo e do respeito à natureza, como se pode depreender das palavras do militante Antônio Alves Leitão Neto, um dos principais artífices da campanha vitoriosa, e que viria a ocupar o cargo de Secretário de Cultura no primeiro mandato do governador Jorge Viana (1999 – 2002), em entrevista concedida ao antropólogo Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, em dezembro de 2000.

“Quais são os elementos do nosso projeto? Em primeiro lugar, reconhecimento da primazia indígena. Existem povos que estão aqui e que conhecem a nossa região e cuja ciência deve ser respeitada. Esse é o ponto um. Mas, antes dele tem um ponto

zero. É o de que o antropocentrismo deve ser superado. O homem é parte da natureza, ele não é dono da natureza, ele não é toda a natureza, ele é uma parte dela (...). Esse novo contrato natural, é assim que está sendo chamado por aí afora, que transcende a abarca o contrato social, é o ponto zero, o ponto primordial do nosso pensamento. O ponto um seria a primazia dos povos indígenas e a validade do seu conhecimento e da sua cultura. O ponto dois seria talvez o reconhecimento dos direitos das populações, além da população indígena, que tradicionalmente passaram a habitar essa região (...). (SAN'TANA JÚNIOR, 2004, pgs. 287-288).

A partir da mobilização em torno da questão da preservação ambiental, delineada no projeto de Governo, conforme as palavras de Antônio Alves, os membros do núcleo pensante do PT, após a Frente Popular vencer as eleições de 1998, criaram o neologismo “florestania”, juntando num mesmo vocábulo as palavras “floresta” e “cidadania”. Uma forma inteligente de massificar a idéia de um governo voltado para a exploração sustentável dos recursos florestais, bem como de prometer proporcionar bem-estar às pessoas que nasceram, cresceram e vivem até hoje no meio da floresta, usando os benefícios desta para sobreviver. Uma espécie de pacto, através de uma ação discursiva, entre o poder representativo, delegado pelas urnas à Frente Popular, e a população, baseado no equilíbrio das relações entre homens e ambiente.

Para disseminar e sedimentar a idéia da “florestania”, a principal estratégia usada pelo novo Governo foi a de fortalecer o sistema público de comunicação. É o que afirma o assessor de comunicação do governador Jorge Viana, jornalista Aníbal Diniz: “Quando a gente fez essa opção pela floresta, a gente identificou que precisava dar uma atenção muito especial ao meio radiofônico de comunicação”. (PINHEIRO, 2005). Isso porque, ainda de acordo com o referido assessor, se detectou a necessidade se levar “às localidades mais distantes as informações alusivas ao Governo e também à multiplicação desse conhecimento próprio dos povos da floresta”. (PINHEIRO, 2005).

Dessa forma, a primeira providência do novo Governo, no que diz respeito à divulgação das suas realizações, foi aumentar em mil por cento a potência da principal e mais antiga emissora de rádio do Estado, a Rádio Difusora Acreana, AM. Em seguida, ainda cumprindo a meta de melhorar a comunicação governamental com a população acreana, foram criadas seis emissoras educativas, sediadas em igual número de cidades, todas denominadas Rádio Aldeia, com a programação gerada a partir da capital. E num momento imediatamente posterior, foi criada uma emissora de televisão, também de



caráter educativo, igualmente denominada Aldeia (TV Aldeia), com a instalação de estações repetidoras em todos os municípios acreanos.

E além do sistema de rádio e televisão públicos, o Governo distribuiu (distribui até hoje) quotas de verba publicitária para todas as outras emissoras de televisão sediadas no Estado, bem como para os quatro jornais diários (*O Rio Branco*, *A Gazeta*, *A Tribuna* e *Página 20*) publicados em Rio Branco. Por conta dessa relação, dificilmente se vê algum tipo de crítica a um eventual equívoco nas ações governamentais. O jornal *O Rio Branco* ainda ensaiou fazer ecoar uma voz de oposição, mas só exerceu esse papel nos oito anos da administração do governador Jorge Viana. No momento em que o PT venceu as eleições pela terceira vez, alçando ao poder o então vice-governador Binho Marques, o jornal *O Rio Branco*, sufocado por dívidas crescentes, cedeu às verbas publicitárias oficiais, mudando sua linha editorial e passando também a fazer a cobertura das ações governamentais.

A super exposição do neologismo durante esses últimos dez anos, entretanto, propositadamente ou não, embora tenha tido o poder de fazer todos os acreanos tomarem conhecimento da necessidade da preservação do meio ambiente, através de prática de desenvolvimento sustentável, parece também ter distorcido a sua concepção original. É o que afirma literalmente Antônio Alves, ao sustentar que “florestania” não pretendia dotar de cidadania os povos da floresta. Na verdade ela surgiu com parâmetros diametralmente opostos à cidadania. A “florestania”, no dizer do militante petista, nasceu para contestar a idéia de cidadania.

A idéia de cidadania, na explanação de Antônio, Alves é uma idéia de direitos e deveres, de conquista da civilização humana, de uma fase de desenvolvimento da individualidade do ocidente. “É semelhante à Declaração dos Direitos Humanos”, explica. (PINHEIRO, 2009). Já a idéia de “florestania” é a de um conjunto de relações que se estabelece dentro da floresta, que gera valores, hábitos, estéticas, éticas, mas, principalmente, é um conjunto de relações que incluem animais, plantas, água, sol, chuva e como essas relações se estabelecem, uma tentativa de captar uma disfunção do antropocentrismo, ou até determinadas relações que se estabelecem antes mesmo de se constituir um antropocentrismo cristalizado. “Então, a idéia de florestania é exatamente essa dissolução desse mal estar da civilização que se esconde na palavra cidadania”, diz Antônio Alves. (PINHEIRO, 2009).

Ao contrário da materialização da idéia original, ainda no dizer de Antônio Alves, da riqueza de idéias que está contida no termo, a “florestania” ficou reduzida



apenas à dimensão do político, ao aspecto da comunicação de uma idéia com vistas a convencer pessoas ou a estabelecer marcas, uma utilização puramente ideológica de um sentimento. Para Alves, a “florestania” acabou se transformando somente no desenho de uma arvorezinha usada como logomarca para um governo, numa estrada asfaltada ou nos serviços levados para uma população. “Em outras palavras, a cidadania chega e a florestania é expulsa a pontapés”, afirma Alves. (PINHEIRO, 2009). A idéia de florestania, então, acrescenta Alves, “do jeito que foi apropriada pelo Estado e estendida para as comunidades, ficou com um cunho colonizador, doutrinador, doutrinário e ideológico”. (PINHEIRO, 2009).

No que diz respeito à comunicação, Antônio Alves considera que toda a política para a área foi montada com base nessa distorção conceitual, com as principais ações ratificando o cunho doutrinador, doutrinário e ideológico, em vez de reforçar e dar visibilidade à sabedoria dos povos da floresta.

“Eu acho que com base nesse equívoco fundamental é que foi montada uma política de comunicação refletido num slogan repetido na rádio e na TV Aldeia, que era ‘comunicação a serviço da florestania’. Como a serviço da Florestania? Essa florestania é um patrão? É um ente? É uma comunidade? É um organismo? É uma instituição? É o quê, para que a gente coloque a comunicação a serviço dela? Então, talvez se possa dizer que está, isso sim, a serviço da cidadania. Talvez fosse mais adequado. Se está fazendo políticas de comunicação que visam promoção de direitos e deveres dos cidadãos, que oferecem serviços, que orienta, que faz uma série de coisas que poderia caracterizar como uma comunicação cidadã, então é uma comunicação a serviço da cidadania. A serviço da florestania não, porque esta não se expressa através dessa comunicação (...). (PINHEIRO, 2009).

4. Biopolítica, significantes vazios e a ecologia dos saberes

Para uma melhor compreensão do atual momento vivido pela sociedade acreana, faz-se necessária uma incursão, ainda que sem muita profundidade, por três conceitos acadêmicos básicos, propostos em momentos distintos do século XX, pelos pensadores Michel Foucault (biopolítica), Ernesto Laclau (significantes vazios) e Boaventura de Sousa Santos (ecologia dos saberes).



4.1 – O princípio da governamentalidade a partir da própria vida

A partir do século XVIII, ensina Michel Foucault, com o advento das idéias liberais, uma nova forma de pensar invade o continente europeu, estabelecendo o raciocínio de que o governo não poderia continuar sendo o seu próprio fim. O estado, pelos princípios do liberalismo, não poderia ser, como até então, um fim em si próprio, ou a sua razão de ser, muito menos a sua maximalização. Mesmo nas melhores condições possíveis, não teria mais como ser o seu princípio regulador. Para o liberalismo, em resumo, havia governo demais regulamentando a vida das pessoas das respectivas nações. A partir, então, dessa constatação de que o estado deveria sofrer uma espécie de encolhimento, mas, também, que esse mesmo estado não poderia perder o controle sobre os seus governados, emergiram duas questões. Primeira: - Como, então, se deveria governar? Segunda: - Como os próprios indivíduos poderiam tomar para si a tarefa de se autogovernarem e de se autoconduzirem em suas vidas?

Assim, a partir desse conjunto de idéias, materializa-se uma ruptura entre o intuito anterior de um governo imperial, que era o de exercer-se em nome do bem comum e da salvação de todos, e uma nova concepção de estado, implicando, entre outras questões, uma pluralidade de fins específicos, como é o caso de fazer, por exemplo, com que se produza a maior riqueza possível, fornecendo suficientes meios de subsistência às pessoas, na maior quantidade possível, para que, inclusive, a população possa se multiplicar. E para que essas finalidades possam ser atingidas, as coisas devem ser dispostas, “isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins sejam atingidos”. (FOUCAULT, 2008, p. 284).

A essa nova maneira de governamentalidade é que Michel Foucault chamou de biopolítica, uma forma de poder que rege e regulamenta por dentro a vida social, seguindo-a, interpretando-a, assimilando-a e a reformulando. Um poder que se torna função integrante e vital, em que cada indivíduo abraça e reativa por sua própria vontade. A produção e a reprodução da vida por ela mesma.

Nos últimos dez anos, a partir do momento em que a coligação de esquerda denominada Frente Popular do Acre, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu o poder e desenvolveu o neologismo “florestania”, com base nos postulados do desenvolvimento sustentável, nada mais fez do que exercitar os princípios da biopolítica, estabelecendo novas formas de comportamento na população, cujos



indivíduos abraçaram a causa e reativaram as suas vontades. Destacando-se, no processo de disseminação e sedimentação da nova forma de pensar a vida acreana, a participação dos veículos de comunicação de massa (itens fundamentais da biopolítica na pós-modernidade) a serviço do governo do estado, sem os quais, provavelmente, o controle da produção e reprodução da vida por ela mesma não seria possível.

4.2 – Condições de possibilidades e impossibilidades a partir do signo

Ao discorrer sobre “significantes vazios”, Ernesto Laclau explica que a expressão trata de nada mais do que de “significantes sem significado”, esclarecendo que se trata, por conseguinte, de uma seqüência de ruídos desprovidos de qualquer função significativa. “Carece de toda a função significativa, ao próprio término”. (LACLAU, 1996, p. 69).

Mas aqui surge um grande questionamento: como é possível que um significante não esteja ligado a nenhum significado e, ainda assim, continue sendo parte integral de um sistema de significação? Duas respostas se configuram. A primeira, a de que um mesmo significante poderia estar ligado a vários significados diferentes, dependendo do contexto. A segunda, a de que o significante encerraria um caráter ambíguo. Mas aí surgiria a questão da sobredeterminação de significados, impedindo que este se fixasse plenamente. Laclau desfaz o enigma, ao afirmar que os limites da significação somente podem anunciar-se a si mesmos como impossibilidade de realizar aquilo que está no interior dos seus limites. Ou seja, os limites autênticos nunca são neutros. No dizer de Laclau, “os limites autênticos são sempre antagônicos” (1996, p. 72).

Em outras palavras, um significante vazio pode ser caracterizado no momento em que um discurso passa a fazer sentido para uma grande quantidade de pessoas, sendo que os elementos desse discurso, ao provocarem a adesão incondicional dessas pessoas, sofrem tantas modificações que perdem seu significado original. Os elementos do referido discurso perdem seus significados originais por se tornarem pontos de múltiplas articulações. Um significante vazio condensa elementos polissêmicos a tal ponto de perder sua significação precisa, é um discurso capaz de impor-se no campo da discursividade, sendo que a sua força reside exatamente na possibilidade de explicar um imaginário social.

Pelo menos dois aspectos podem ser considerados a partir da teoria do significante vazio concebida por Laclau, no que diz respeito à importância desta para



com o jogo político. Primeiro, ao considerar o discurso como constituinte da questão social, uma vez que considera que as posições dos sujeitos se revelam discursivamente. Segundo, por reconhecer que o surgimento de pontos nodais, totalizantes do discurso, ocorre através de práticas conflitivas, levando-se em conta que na busca pela preponderância de significado de um termo, outros significados que também lutar para se sobrepôr, acabam sendo excluídos. Um sentido, no caso aquele articulado/concebido pelo elemento criador e emissor do discurso, se sobrepõe aos demais, passando para o conjunto da população com o único que vale a pena ser conhecido.

Por último, quatro questões importantes da relação do significante vazio com a política. Uma: por corresponder a um objeto necessário e impossível, a totalização social só poderá corresponder à produção de um significante vazio. Duas: levando em conta que os meios de representação do objeto são as diferenças internas à totalidade, seu caráter vazio será tendencial, ou seja, entre seu particularismo e sua função de representação da totalidade representativa haverá sempre uma enorme tensão. Três: a relação pela qual certa particularidade assume a representação de uma universalidade com a que é radicalmente incomensurável, é o que se chama relação hegemônica. Quatro: a relação hegemônica é a que constitui o vínculo político.

O neologismo “florestania” foi criado a partir de uma série de conversas entre ambientalistas acreanos ligados ao Governo do Partido dos Trabalhadores, logo após vencerem as eleições majoritárias de 1998, época em que eclodia no mundo a preocupação de um sem número de pessoas com a questão ecológica e com a preservação dos recursos naturais. Embora seja difícil contestar a idéia da preservação ambiental, o que, de fato, aconteceu foi uma totalização discursiva sobre o tema, sacralizando tudo que estivesse em consonância com a idéia e demonizando qualquer elemento contrário, ou discordante, ao discurso proposto. Face ao discurso totalizante, usado, basicamente, como política de controle da população, não é difícil encontrar os elementos da teoria dos significantes vazios e flutuantes propostos por Ernesto Laclau.

4.3 – Conhecimentos e ignorâncias na contramão do discurso oficial

De acordo com o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, a força do capitalismo produziu dois efeitos complementares: por um lado, esgotou o projeto de modernidade, por outro lado, o fez de tal modo que se alimenta desse esgotamento e se perpetua nele. Por conta disso, “a idéia moderna da racionalidade global da vida social e



pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de mini-racionalidades ao serviço de uma racionalidade global, inabarcável e incontrolável”, diz o sociólogo (SANTOS, 1995, p.102). Mas isso não é tudo. Boaventura completa o raciocínio afirmando ser preciso reinventar as mini-racionalidades da vida “de modo a que elas deixem de ser partes de um todo e passem a ser totalidades presentes em múltiplas partes. É esta a lógica de uma possível pós-modernidade de resistência”. (SANTOS, 1995, p.102).

Boaventura, entretanto, não considera produtivo empreender um esforço classificatório das diferenças entre a modernidade e a pós-modernidade. Qualquer tentativa nesse sentido seria sempre com bases no pensamento vigente na modernidade. “O paradigma emergente é intersticial no modo como se pensa e pensa-se sempre afogado na realidade dos contextos em que se pratica”. (SANTOS, 1995, p. 103). Assim, em vez de estabelecer uma classificação, o sociólogo diz preferir tentar interpretar os sintomas da pós-modernidade a partir do que ele chama de “seis guiões”: *o saber e a ignorância; o desejável e o possível; o interesse e a capacidade; o alto e o baixo ou o solista e o coro; as pessoas e as coisas; e as mini-racionalidades não são racionalidades mínimas.*

Para efeito deste artigo, entretanto, o “guião” que interessa é o primeiro deles, *o saber e a ignorância*, onde Boaventura discorre sobre as diferenças entre o saber moderno e o saber pós-moderno, afirmando que a ciência moderna provocou uma ruptura epistemológica ao se separar do senso comum existente, mas que isso provocou uma espécie de distanciamento das coisas do mundo. Para sair dessa situação, o que a ciência precisa fazer é o que Boaventura chama de dupla ruptura epistemológica. Dizendo de outra forma, “contra o saber, criar saberes e, contra os saberes, contra-saberes”. (SANTOS, 1995, p. 104).

Duas variáveis nesse “guião” ajudam no percurso deste artigo. Primeira, a de que o conhecimento moderno assenta na representação, ou seja, na criação e isolamento de um outro, chamado objeto, que é descrito pelo sujeito como existindo independentemente de qualquer intervenção criativa deste último. “A representação cria, assim, distância e quanto maior for a distância, mais objetivo é o conhecimento”. (SANTOS, 1995, p.105). Segunda, a de que no mundo pós-moderno existe uma multiplicidade de realidades: emergentes, testemunhais, transplantadas ou residuais. No contexto atual, as realidades emergentes ensejam que os últimos estratos de realidade têm um excesso de sentido que transborda para além deles. Por conta disso, as realidades emergentes não podem deixar de ser afirmativas antes de serem críticas. “A



teoria crítica pós-moderna é afirmativa na medida em que a busca incessante de alternativas se dá pela via da reciclagem das realidades”. (SANTOS, 1995, p.105).

Dentro desse raciocínio do “saber e da ignorância”, Boaventura de Sousa Santos envereda pelo princípio da “ecologia dos saberes”, cuja definição, segundo o referido autor seria a de “um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer”. (SANTOS, 2006, p.154). Dentre as teses mediante as quais o sociólogo assenta a ecologia dos saberes, uma em especial diz respeito a este artigo. A de que a ecologia dos saberes tem de ser produzida ecologicamente, com a participação de diferentes saberes e seus sujeitos. A ecologia dos saberes, de acordo com Boaventura Souza Santos (2006, p. 58), parte da idéia que a eliminação das desigualdades não é possível apenas através da democratização do acesso à produção e consumo da ciência moderna.

A ecologia dos saberes, diz ainda Boaventura, deve ser exercida pela busca de convergências entre conhecimentos múltiplos, objetivando sempre ser uma luta não ignorante contra a ignorância.

No caso da ascensão da Frente Popular e do PT ao poder no Acre, em 1998, sendo verdadeira a hipótese de que a “florestania” foi (ou é) uma tentativa de levar a cidadania, ou os direitos inerentes ao habitante do espaço urbano, ao habitante da floresta, parece ter havido uma nítida opção por desprezar o conhecimento inerente ao destinatário, reproduzindo-se os mecanismos hegemônicos da ciência moderna, combatidos por Boaventura de Sousa Santos e sem mais razão de existir no mundo da pós-modernidade.

5. Considerações finais

Durante mais de cem anos, desde meados do século XIX, quando retirantes nordestinos em fuga da grande seca que assolou a sua terra natal ocuparam o extremo oeste da Amazônia em busca da exploração da borracha, até o último quarto do século XX, quando a luta pela posse da terra entre seringueiros e fazendeiros atingiu o seu auge, com o desperdício de vidas de ambos os lados, o modelo de desenvolvimento levado a efeito na região acreana atendeu às regras racionais da modernidade, expressando-se em um modo de produção fundado no consumo destrutivo da natureza,

que causava degradação da ordenação do planeta, acarretando, conseqüentemente, uma progressiva deterioração das suas condições de sustentabilidade.

Aos poucos, porém, globalmente falando, com o advento da pós-modernidade, a sociedade tomou consciência de que não era possível permanecer fiel a um modelo de crescimento econômico baseado na destruição dos recursos naturais, no desequilíbrio ecológico, na contaminação ambiental, cujo principal e imediato efeito era a corrosão da qualidade de vida das pessoas. Dessa tomada de consciência para uma revisão dos princípios morais orientadores da conduta daqueles que tomam as decisões sobre as práticas de uso e exploração dos recursos naturais foi só uma questão de tempo. E então, nasceu a necessidade da criação de uma cultura ecológica que pudesse transformar as relações do homem com a natureza. Cultura essa circunscrita ao campo das formações ideológicas e do comportamento das pessoas, “sem tocar as raízes da racionalidade produtiva e os estilos de desenvolvimento dos quais dependem os processos de degradação ambiental”. (LEFF, 2009, p.281).

A mudança de paradigma chegou ao Acre com mais força no finalzinho do século XX, no momento em que os antigos mandatários da política local, representados pela coalizão política dos partidos PMDB, PDS/PPB/PP e PFL, foram derrotados nas urnas por uma união de forças de partidos de esquerda, denominada Frente Popular, reunindo sob uma mesma bandeira de luta os partidos PT, PV e PC do B. A transformação da racionalidade econômica mediante os princípios da sustentabilidade ecológica e da equidade social passou a ser a tônica do novo discurso. Daí para o surgimento da “florestania” foi apenas o tempo do amadurecimento de uma idéia, nascida a partir de reuniões de militantes acostumados a percorrer os rios, os barrancos, as cidades interioranas, os seringais e as tribos indígenas do estado. As populações tradicionais da floresta se tornam referência para um futuro baseado na sustentabilidade ambiental, em oposição ao modelo anterior, cujas ações implicavam a substituição da floresta por pastagens ou produtos agrícolas.

Era preciso, porém, convencer a população de que a importância a necessidade desse novo ordenamento. Para isso, além do uso dos sistemas de rádio, jornal e televisão sediados no estado como principais elementos condutores do novo discurso, a atuação de pensadores políticos e de todo um conjunto de especialistas de marketing, da historiografia, da comunicação e das artes teve papel fundamental na disseminação do novo ideário. Uma variedade de signos (lingüísticos, icônicos e simbólicos), baseada, principalmente em figuras míticas e representações cívicas locais, invadiu as ruas e



passou a monopolizar a atenção da comunidade. O novo e totalizador discurso, que rejeita todos os aspectos do discurso anterior, provoca a adesão das pessoas e torna-se ponto de múltiplas articulações. O sentido articulado pelo elemento criador e emissor do discurso torna-se hegemônico em relação aos demais, passando para o conjunto da população como o único que vale a pena ser conhecido.

Doze anos depois da implantação da “florestania”, entretanto, embora a maioria da população ainda entenda que o Acre tornou-se um lugar muito melhor para se viver do que em toda a sua história anterior, basicamente por conta das novas políticas públicas estabelecidas (ou simplesmente alardeadas), bem como pelas melhorias urbanísticas (essas, sim, saltam aos olhos) em todas as cidades do estado, são crescentes as críticas à materialização da idéia da “florestania”, expressas tanto pela voz de políticos adversários do PT (nada mais natural, nesse caso), quanto por cientistas sociais, em suas teses acadêmicas, e por ex-militantes e ideólogos da nova ideologia.

No caso dos adversários políticos e dos cientistas sociais, a principal queixa diz respeito aos indicadores econômicos, cujos números apontam um endividamento crescente do estado com órgãos externos de financiamento. De acordo com esses críticos, os números provam que modelo de desenvolvimento sustentável proposto para o estado pelo governo do PT não tem surtido efeito, uma vez que os 600 milhões de reais que o Acre devia em 1999 passaram para mais de um bilhão de reais em 2009, segundo informação contida no site www.agazetadoacre.com, de 6 de dezembro de 2009. Já no caso dos ex-militantes do PT, a crítica mais contundente parte do principal mentor da nova ideologia, para quem a “florestania” foi completamente desvirtuada, levando-se em conta que na concepção original não se tratava de levar nada a lugar nenhum ou de transpor algum modelo da cidade para a floresta. Tratava-se, isso sim, de compreender e potencializar um conjunto de relações estabelecido dentro da floresta e que gera valores, hábitos, estéticas, éticas. “Um conjunto de relações que incluem animais, plantas, água, sol, chuva e como essas relações se estabelecem”, no dizer de Antônio Alves. (PINHEIRO, 2009).

Por último, mas de forma nenhuma conclusivamente, parece clara a configuração de uma convergência teórica envolvendo no espaço acreano pós-moderno as noções da biopolítica, de acordo com o pensamento de Foucault (o poder regulamentando a vida social por dentro, a partir, principalmente do controle dos meios de comunicação de massa); de significantes vazios, a partir do pensamento de Laclau (um significado preponderante pela exclusão de todas as outras possibilidades); e da



ecologia dos saberes, a partir do pensamento de Boaventura (a convergência múltipla entre os saberes que deveria ser absorvida, mas que tem sido ignorada).

6. Referências bibliográficas

- ALVES, Antônio. *Artigos em Geral – Arqueologia do Recente (Livro Três)*. Rio Branco : Valcir, 2004.
- DEMO, Pedro. *Cidadania Pequena*. Campinas : Autores Associados, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970 – 1982)*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2008.
- _____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte : Autêntica, 2009.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro : Record, 2005.
- LACLAU, Ernesto. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires : Ariel, 1996.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis : Vozes, 2009.
- LEIS, Héctor Ricardo. *O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo / Blumenau : Gaia / Furb, 1996.
- LIMA, Mário José de. *Capitalismo e Extrativismo – A Formação da Região Acreana*. Tese de doutorado. Campinas : Unicamp, 1994.
- MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco : Edufac, 2004.
- MENDONÇA, Daniel e RODRIGUES, Léo (orgs.). *Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre : Edipucrs, 2008.
- PAULA, Elder Andrade de. *(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental*. Rio Branco : Edufac, 2005.
- PINHEIRO, Francisco de Moura. *Impactos de Veículos de Comunicação de Massa Numa Reserva Extrativista no Estado do Acre*. Dissertação de Mestrado. Brasília : UnB, 1999.
- _____. Entrevista gravada com Aníbal Diniz, Secretário de Comunicação do Estado do Acre, nas duas gestões do governador Jorge Viana. Rio Branco, 2005.
- _____. Entrevista gravada com Antônio Alves Leitão Neto, Secretário de Cultura do Estado do Acre na primeira gestão do governador Jorge Viana (1999 – 2002). Rio Branco, 2009.
- RANZI, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre*. Rio Branco : MM Paim / Edufac, 2008.
- SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. *Florestania: a saga acreana e os povos da floresta*. Rio Branco : Edufac, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo : Cortez, 2006.
- _____. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo : Cortez, 1995.
- SILVA, Nilson Euclides da. *Um Governo na Floresta*. Tese de doutorado. São Paulo : PUC, 2009.